

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
AEEAV	Carlos Cesar Malta de Oliveira (T)
CPRM/SBG	Andréa Segura Franzini (T)
DAAE - Rio Claro	Nelson Uechi (T)
DAE Jundiá	Karen Cristina Tasaka (S)
	Rodrigo de Almeida Marçal (S)
	Talita Rodrigues (S)
Edisonda	Sara Giandomingo (T)
	Letícia dos Santos Daleffe (S)
	Ygtea Ciriano Castellano (S)
IPT	José Luiz Albuquerque Filho (T)
	Nádia Franqueiro Corrêa (S)
P.M. de Campinas	Tarciani Benedita baia Santos (S)
P.M. de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M. de Itatiba	Maria Karolina da Silva Tamberlini (S)
P.M. de Itupeva	Rogério Henrique Selicani (S)
P.M. de Jundiá	Isabela Ferreira Maia (T)
P.M. de Limeira	Mateus Bento Batista Arantes (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schimidt (S)
P.M. de Louveira	Alan Del Rosso (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
SAAEJA	Paulo Roberto Iamarino (T)
SABESP	Marcela Aragão de Carvalho Ramos (T)
	Mariza Fernanda da Silva (S)
SANASA	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Mara Leteliane Leite Reis (T)
SP Águas	Júlia Octaviano Noale (T)
	Graziela Lopes Bertolino (S)
UNESP/CEA	Amanda Lodovico de Alcântara (S)
UNICAMP	Ana Elisa Silva de Abreu (T)

Membros ausentes	
Entidade	
ABAS	
CATI	
Geoblue	
IPEL	
Química Amparo	
SAA	
SAEAN	

Membros ausentes com justificativa	
Entidade	
BRK Ambiental Limeira	
Consórcio Pirai	
INEVAT	

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Ana Beatriz Sepulveda de Oliveira
	Bruno Zampaulo
	Eduardo Leo
	Ingrid Pavan
	Jaqueline Costa
	Kaique Barreto
	Mariane Amuy
	Rebeca Silva
Vanessa Longato	
CEA/UNESP (JVPCJ)	Jheneffer Vitória Gomes Jacinto
CPRM/SGB (JVPCJ)	Eliane Cristina Godoy Moreira
FIESP	Alexandre Vilella

(T) - Titular (S) - Suplente (C) - Convidado

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de 2026, realizou-se, por meio de videoconferência na plataforma *Google Meet*, a 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica, em 19 de fevereiro de 2026. **2. Abertura da 98ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas:** A abertura da reunião foi realizada pela coordenadora-adjunta da CT-AS, Sra. Marcela Aragão de Carvalho Ramos, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para início da reunião. Um dos papéis fundamentais do coordenador-adjunto, conforme previsto no [Regimento Geral das Câmaras Técnicas](#), além de auxiliar o coordenador na condução dos trabalhos é o de substituí-lo em suas ausências. Nesse sentido, a Sra. Marcela explicou aos membros que conduziria a reunião em virtude da ausência da coordenadora Deborah do Valle Lunardi Nuvens, devido a afastamento médico. Na sequência, foi exibido um vídeo elaborado pela Agência das Bacias PCJ com orientações gerais, registro de presença e outras informações relevantes para a participação na reunião. A Sra. Marcela deu as boas-vindas aos integrantes da 3ª edição do Movimento “Jovem, vem para o PCJ” (2025-2027), Sras. Jheneffer Vitória Gomes Jacinto (CEA/UNESP) e Eliane Cristina Godoy Moreira (CPRM/SGB). Destacou que a iniciativa visa promover

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

a participação de jovens (de idade e de conhecimento) na gestão dos recursos hídricos das Bacias PCJ. A Sra. Marcela, também esclareceu aos presentes que a pauta da reunião foi enviada seguindo o prazo regimental, contudo, posteriormente, foi recebida a comunicação a respeito da descontinuidade da Sra. Mariza Fernanda da Silva (Sabesp) enquanto coordenadora do Grupo de Trabalho de Controle (GT-Controle), bem como a sugestão de realização de eleição para definição de novo(a) coordenador(a). Diante disso, a coordenação da CT-AS, validou a solicitação e propôs a inclusão da eleição a ser tratado dentro do item 5 da pauta, que prevê repasses sobre o Grupo de Trabalho de Controle (GT-Controle), sendo a inclusão aprovada por unanimidade.

3. Aprovação das minutas de ata e memória técnica das reuniões anteriores: A Sra. Marcela informou que foi enviado aos membros, as minutas de ata e memória técnica de reuniões anteriores, por mensagem eletrônica junto da convocação, conforme prazo regimental, sendo a minuta de ata da 97ª Reunião Ordinária, realizada em 01/12/25, por videoconferência e a minuta de memória técnica da 14ª Reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação (GT-Comunicação), realizada em 20/10/25, por videoconferência. Na sequência, questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo. Não havendo, a Sra. Marcela submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovadas por unanimidade as minutas de ata da 97ª Reunião Ordinária e da memória técnica da 14ª Reunião do GT-Comunicação, sem alterações. **4. Breve relato sobre o andamento do contrato “Estudos Hidrogeológicos para avaliação de áreas de restrição e controle nas Bacias PCJ: Áreas Urbanas de Americana e Nova Odessa”:** Seguindo a pauta, a Sra. Marcela Aragão apresentou um breve relato sobre o andamento dos estudos hidrogeológicos para avaliação de áreas de restrição e controle, em desenvolvimento. Informou que o Produto 3 (Caracterização Geral da Área, da Geologia e Hidrogeologia) foi entregue e aprovado em dezembro/2025, destacando que, anteriormente à aprovação, foram realizadas diversas considerações e sugestões de melhoria pelo Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA), as quais foram prontamente atendidas pela empresa responsável, resultando em um produto considerado satisfatório. Ressaltou que, no

âmbito desse produto, foram realizadas 68 (sessenta e oito) visitas de campo, destinadas à caracterização geral da área de estudo. Seguiu informando que o trabalho se encontra atualmente na fase de elaboração do Produto 4 (Avaliação da Quantidade das Águas Subterrâneas, incluindo Relatório Parcial do Levantamento de Campo). Para o desenvolvimento desta etapa, estão previstas mais de 200 (duzentas) visitas técnicas, necessárias à coleta de dados e medições em poços existentes na região de estudo. Nesse sentido, a Sra. Marcela reforçou a necessidade de apoio dos membros, especialmente daqueles que atuam ou possuem contato com empreendimentos localizados nos municípios de Americana/SP e Nova Odessa/SP, no sentido de colaborar com a divulgação do estudo. Explicou que o objetivo é facilitar o acesso da equipe técnica da empresa “Água e Solo”, responsável pela execução do projeto, às indústrias e demais locais que possuam poços, permitindo a realização das medições e demais atividades previstas em campo. A Sra. Marcela, ressaltou ainda a importância de esclarecer aos proprietários que as visitas têm caráter exclusivamente técnico e científico, não estando associadas a ações de fiscalização, sanções ou restrições aos locais visitados. Em seguida, o Sr. José Luiz Albuquerque Filho, representante do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), manifestou apoio a iniciativa, compartilhando que a obtenção de autorização para acesso a propriedades privadas costuma ser um dos principais desafios em projetos dessa natureza. Destacou que o envolvimento de profissionais e instituições locais pode facilitar significativamente o contato com os proprietários e contribuir para viabilizar as atividades de campo. Sugeriu ainda que a CT-AS encaminhe um comunicado por e-mail aos membros reforçando essa solicitação de apoio de forma a ampliar a articulação. Em complemento, a Sra. Mariza Fernanda da Silva, representante da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), relembrou que a dificuldade de acesso aos poços havia sido identificada previamente como um ponto sensível do projeto. Nesse sentido, corroborou a importância da mobilização dos membros no auxílio à aproximação com empresas e proprietários da região. Dando continuidade à apresentação, a Sra. Marcela destacou alguns resultados preliminares do estudo discutidos em reunião com o Grupo Técnico de Acompanhamento (GTA) do contrato.

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00 Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Entre os pontos abordados, mencionou o levantamento de áreas contaminadas na região de estudo, elaborado com base em dados disponibilizados pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), em setembro/2025, no Sistema Integrado de Gestão Ambiental (SIGAM), indicando pouco mais de 50 (cinquenta) áreas contaminadas concentradas principalmente no município de Americana/SP. Explicou que a maior parte dessas áreas se encontra em estágios finais do gerenciamento, como reabilitação ou monitoramento para uso declarado, os principais contaminantes identificados são derivados de combustíveis automotivos. Informou ainda que, nesses casos, a principal medida de controle adotada tem sido a restrição ao uso de águas subterrâneas. Outro destaque feito pela Sra. Marcela, refere-se a indícios de superexploração de poços na região. Conforme os dados analisados, embora a vazão média dos poços no decorrer do tempo mantenha-se relativamente estável, se observa um aumento significativo da profundidade do nível estático, com variação estimada entre 40 (quarenta) e 50 (cinquenta) metros ao longo das séries históricas analisadas. Tal comportamento sugere um rebaixamento progressivo da superfície potenciométrica, evidenciado também em mapas elaborados no estudo, que indicam um possível processo de intensificação da exploração das águas subterrâneas na região. Por fim, a Sra. Marcela informou que o Produto 4 tem previsão de conclusão prevista para abril deste ano, sendo assim os resultados atualizados do estudo deverão ser apresentados e discutidos em reunião futura da CT, prevista para ocorrer no mesmo mês.

5. Repasses sobre o Grupo de Trabalho de Controle (GT-Controle): Dando seguimento a pauta, conforme informado na abertura da reunião, foi incluído na discussão do presente item, a eleição da nova coordenação do Grupo de Trabalho de Controle (GT-Controle). A Sra. Marcela Aragão explicou que a vacância do cargo ocorreu em razão da impossibilidade de continuidade da Sra. Mariza Fernanda na função, devido a demandas profissionais conflitantes. A Sra. Mariza manifestou-se agradecendo a oportunidade de atuação frente ao GT, bem como o apoio recebido ao longo de sua coordenação, destacando a colaboração dos membros e o caráter técnico e colaborativo das atividades desenvolvidas. Também, informou que apesar de não poder mais exercer a função

de coordenação, permanecerá contribuindo com as atividades do GT-Controle sempre que possível, colocando-se à disposição para apoiar a continuidade das atividades. Em seguida, os membros da CT-AS se manifestaram em reconhecimento a atuação da Sra. Mariza, parabenizando-a por sua dedicação e contribuições. Foi apresentada a indicação da Profa. Ana Elisa Silva de Abreu, representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), para assumir a coordenação do grupo, sendo aberto espaço aos membros para demais manifestações de interesse. Não havendo outras candidaturas, procedeu-se com a condução do processo de escolha. Foi registrado consenso com a indicação da Sra. Ana Elisa, ressaltando sua experiência técnica e potencial de contribuição, bem como sua expectativa de maior disponibilidade para atuação a partir do encerramento de compromissos institucionais em curso. Diante da ausência de manifestações contrárias, a Sra. Ana Elisa foi eleita por unanimidade como nova coordenadora do GT-Controle. Por fim, foi discutida e acordada a realização da próxima reunião do grupo de trabalho, prevista para ocorrer em 19/03/26 às 14h. Não havendo outras manifestações, foi dado andamento para o próximo item de pauta.

6. Organização preliminar do II Fórum das Águas Subterrâneas nas Bacias PCJ: A Sra. Marcela comentou a respeito da proposta de organização para a edição do II Fórum das Águas Subterrâneas nas Bacias PCJ, previsto para ocorrer no segundo semestre de 2026, conforme previsto no Plano de Trabalho da CT-AS para 2026-2027. Foi apresentado que o evento terá como objetivo fortalecer a atuação dos municípios e prestadores de serviço na gestão das águas subterrâneas, com foco na regularização de poços e na construção de diretrizes aplicáveis às Bacias PCJ. A Sra. Marcela informou que o evento será realizado em meio período, com duração aproximada de quatro horas, e como produto esperado a elaboração de relatório contendo diretrizes e boas práticas para cadastro e regularização de poços. O público-alvo será composto por técnicos municipais, gestores públicos e órgãos reguladores. No que se refere à definição de data e local, foram inicialmente consideradas as possibilidades de realização nos meses de agosto ou outubro/2026. No entanto, ao longo das discussões, foram levantadas preocupações relacionadas à sobreposição com outros eventos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

técnicos, como o [XXIV Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas](#), previsto para ocorrer entre os dias 11 e 14 de agosto, bem como com o período eleitoral (eleições estaduais e federais), o que poderia comprometer a participação dos municípios. Diante disso, os presentes convergiram para a avaliação de uma terceira alternativa, indicando a possibilidade de realização do evento no final de novembro/2026, considerada mais adequada em função da menor interferência de agendas institucionais e políticas. Ficou encaminhado que a Secretaria Executiva realizará a verificação de disponibilidade de datas no período, em articulação com a coordenação, evitando também conflito com outras reuniões e eventos dos Comitês PCJ. Durante as discussões, também foram apresentadas contribuições relevantes quanto à necessidade de definição de estratégias de mobilização dos municípios, escolha de local com boa acessibilidade e aproveitamento de experiências bem-sucedidas da última edição do evento, ocorrida em abril/2025. Nesse sentido, foi sugerida, a possibilidade de reutilização de locais que já apresentaram boa infraestrutura e adesão de público. Complementarmente, foi informado pela coordenação, que será encaminhado aos membros um formulário para coleta de sugestões quanto à programação do evento, incluindo temas, palestrantes e estratégias de engajamento, de modo a subsidiar a estruturação do Fórum nas próximas reuniões.

7. Apresentação do Plano de Trabalho CT-AS para o biênio 2026-2027: Na sequência, a Sra. Marcela apresentou a versão final do Plano de Trabalho da CT-AS para o biênio 2026-2027, a qual havia sido previamente encaminhada aos membros para contribuições até 09/02/26. Foi informado que houve manifestação apenas do Sr. Didier Gastmans, representante da Associação Brasileira de Águas Subterrâneas (ABAS) e do Centro de Estudos Ambientais da Unesp (UNESP/CEA), encaminhada por e-mail, posicionando-se a favor da proposta, não sendo registradas outras contribuições, o que resultou na consolidação do documento e seu encaminhamento à Secretaria Executiva dentro dos prazos previamente estipulados. Destacou-se que o Plano de Trabalho seguirá para apreciação da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) em reunião prevista para 06/03/26 e posteriormente para aprovação final pelos plenários na reunião prevista para o dia 31/03/26. Dando

continuidade, a Sra. Marcela apresentou o planejamento das reuniões da CT-AS ao longo do biênio, destacando que estão previstas dez reuniões no total, sendo oito até o encerramento do mandato em julho/2027, das quais três ocorrerão de forma presencial. Informou que a proposta de planejamento buscou alinhar os temas das reuniões aos itens da Categoria B do Plano de Trabalho, de modo a garantir que as discussões e palestras contribuam diretamente para o atendimento dos eixos definidos. Em seguida, a Sra. Marcela detalhou as três categorias de ações previstas no Plano de Trabalho, sendo: “Categoria A – Demandas da Secretaria Executiva”, de responsabilidade da Agência das Bacias PCJ, contempla atividades institucionais como a elaboração do plano de trabalho para o período subsequente (2028–2029), a mobilização dos membros para participação em ações formativas e o acompanhamento de procedimentos relacionados a áreas de restrição e controle de uso de águas subterrâneas; “Categoria B – Temas de Discussão”, composta por temas propostos pela própria Câmara Técnica, abrange seis eixos principais de discussão ao longo do biênio, incluindo: **i.** monitoramento quali-quantitativo de águas subterrâneas; **ii.** ações de divulgação e conscientização; **iii.** estudos hidrogeológicos; **iv.** delimitação de áreas de recarga e proteção de aquíferos; **v.** aprofundamento do conhecimento sobre o Aquífero Tubarão; **vi.** identificação de novas áreas com potencial para estudos de restrição e controle; e “Categoria C – Eventos”, que trata da realização de eventos institucionais, com destaque para o II Fórum de Águas Subterrâneas, previsto para agosto/2026 (com provável alteração para novembro, conforme discutido em itens anteriores) e o IX Workshop de Águas Subterrâneas, previsto para novembro/2027. A Sra. Marcela Aragão destacou, no detalhamento das reuniões, que a programação contempla a realização de palestras técnicas voltadas à troca de experiências e apresentação de estudos de caso, incluindo temas como monitoramento hidrológico, estudos hidrogeológicos aplicados, integração entre águas subterrâneas e superficiais, delimitação de áreas de recarga e estratégias de proteção, além de discussões sobre balanço hídrico, recarga e áreas contaminadas. Ressaltou-se que, especialmente nas reuniões presenciais, buscou-se priorizar abordagens de caráter formativo e mais acessível, favorecendo a construção

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

coletiva do conhecimento. Durante a apresentação, foi enfatizada a importância da participação dos membros na indicação de palestrantes e temas, com o objetivo de garantir diversidade de abordagens e a incorporação de experiências relevantes desenvolvidas no âmbito acadêmico, institucional e profissional. Foram registradas sugestões de nomes e instituições, bem como a possibilidade de articulação com universidades, consultorias ambientais, empresas de saneamento e órgãos públicos, visando qualificar o conteúdo das reuniões. Também foi destacado que algumas reuniões poderão ser articuladas com eventos previstos, como o Fórum de Águas Subterrâneas, de forma a ampliar o alcance das discussões, incluindo temas como gestão em situações de crise hídrica, poços irregulares e aproximação com municípios. Por fim, a Sra. Marcela, destacou que o planejamento apresentado é dinâmico, podendo ser ajustado ao longo do biênio conforme a disponibilidade de palestrantes e o surgimento de novas demandas, sendo incentivado que os membros encaminhem sugestões ao longo do período para contínuo aprimoramento das atividades da Câmara Técnica. **8. Palestra “Monitoramento Hidrológico nas Bacias PCJ: Inovações e Lições Aprendidas” – Alexandre Vilella (Coordenação CT-MH):** A Sra. Marcela, passou a palavra para o Sr. Alexandre Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, que realizou a apresentação sobre o tema “Monitoramento Hidrológico nas Bacias PCJ: Inovações e Lições Aprendidas”. O Sr. Alexandre contextualizou brevemente a evolução histórica das redes de monitoramento nas Bacias PCJ, destacando desde os primeiros registros manuais, na década de 1930, até a estruturação de uma rede telemétrica mais robusta a partir dos anos 2000, impulsionada, entre outros fatores, pela renovação da outorga do Sistema Cantareira e pela implementação da cobrança pelo uso da água, que proporcionou maior estabilidade financeira para a manutenção das redes. Em sua exposição, ressaltou que a rede atual conta com dezenas de estações automáticas de monitoramento, responsáveis pela coleta contínua de dados hidrológicos, com elevado volume de acessos públicos, evidenciando sua relevância não apenas para fins técnicos, mas também para a sociedade em geral. Destacou, ainda, o papel do Sistema de Suporte à Decisão (SSD-PCJ) como

ferramenta integradora, voltada à transformação de dados brutos em informações acessíveis e úteis para diferentes públicos, reforçando a importância de tornar os dados compreensíveis e aplicáveis à gestão e ao cotidiano. Ao compartilhar as lições aprendidas, o Sr. Alexandre enfatizou que redes de monitoramento devem ser implantadas de forma gradual, priorizando a sustentabilidade institucional, financeira e operacional, e evitando expansões incompatíveis com a capacidade de manutenção. Também destacou que a consolidação dessas redes ocorre à medida que seus dados passam a subsidiar decisões concretas, como regras operativas, restrições de outorga e ações de defesa civil, o que amplia sua relevância e garante maior aporte de recursos. Foram apresentados também, desafios recorrentes na operação das redes, incluindo a necessidade de manutenção contínua, calibração frequente dos equipamentos, vulnerabilidade a danos e furtos, além das dificuldades logísticas e financeiras envolvidas. No caso específico do monitoramento de qualidade da água, ressaltou-se a maior complexidade operacional, em função do custo dos sensores, necessidade de reposição e validação dos dados antes de sua divulgação. No que se refere às perspectivas futuras, o Sr. Alexandre deu ênfase ao desafio da integração de diferentes bases de dados bem como a necessidade de desenvolvimento de protocolos que garantam a confiabilidade dessas informações. Nesse contexto, foi ressaltada a importância de estruturar sistemas que permitam acesso simplificado e centralizado aos dados, evitando a fragmentação das informações. Durante a discussão, a Sra. Ana Elisa Abreu, representante da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), questionou sobre a incorporação de dados de águas subterrâneas aos sistemas existentes, em resposta, o Sr. Alexandre informou que o avanço nesse sentido é fundamental para uma gestão integrada dos recursos hídricos, considerando a interdependência entre águas superficiais e subterrâneas. Ressaltou-se, contudo, que a implementação dessa rede depende de planejamento, definição de escopo e disponibilidade de recursos, sendo recomendada sua implantação de forma progressiva. Em complemento, foram discutidas questões relacionadas à densidade e à distribuição espacial de poços de monitoramento, com destaque para as diferenças entre os aquíferos da região, especialmente quanto à

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

heterogeneidade do aquífero cristalino e à maior uniformidade do Aquífero Tubarão, o que influencia diretamente a estratégia de monitoramento. Também foi ressaltada a importância de priorizar áreas com maior demanda de uso de águas subterrâneas. Durante as discussões o Sr. Mateus Arantes, representante da Prefeitura Municipal de Jundiá (P.M de Jundiá) e coordenador da Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) contribuiu com reflexões sobre a necessidade de definir claramente os objetivos da rede de monitoramento, destacando que sua efetividade está diretamente relacionada à utilidade dos dados gerados e ao interesse dos usuários, reforçando a importância de que os produtos resultantes atendam às demandas reais da gestão. Por fim, a Sra. Marcela, em nome da coordenação da CT-AS, ressaltou que a CT ainda se encontra em fase de concepção da rede de monitoramento de água subterrâneas, não havendo definição de cronograma para sua implantação e destacou a importância do apoio técnico da CT-MH e da Agência das Bacias PCJ na estruturação desse processo. A Sra. Marcela finalizou lembrando aos membros a respeito da continuidade das discussões no decorrer do cronograma apresentado anteriormente. **9. Aprovação de novo membro:** Em conformidade com o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Assim, a Sra. Rebeca Silva, da Equipe de Apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ), informou sobre o recebimento de ofício pela SE/PCJ, sendo: **i.** Ofício recebido em 16/12/25, solicitando a inclusão da [Prefeitura Municipal da Estância Climática de Analândia](#), tendo como representante titular o Sr. Rafael Dimitrius Carneiro e como representante suplente o Sr. Claudio Alex Gonçalves de Carvalho. Dessa forma, a Sra. Marcela submeteu aos membros para aprovação da inclusão da entidade como novo membro, sendo aprovada por unanimidade. **10. Informes:** Em seguida, a Sra. Marcela passou para os informes; **10.1. da Coordenação:** A Sra. Marcela informou que a coordenação da CT-AS não teria informes para esta reunião e apenas agradeceu a

participação dos membros; **10.2 dos Membros:** A Sra. Marcela questionou os membros sobre informes e não havendo manifestações, deu continuidade para os informes da Secretaria Executiva; **10.3. da Secretaria Executiva:** A Sra. Rebeca Silva, da Equipe de apoio às Câmaras Técnicas da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) deu início aos informes da SE/PCJ, sendo: **a) Alteração dos representantes dos membros:** A Sra. Rebeca, informou que a SE/PCJ recebeu solicitação do respectivo membro: [Diretoria de Assistência Técnica Integral \(CATI\)](#) e [Secretaria de Agricultura e Abastecimento \(SAA\)](#): Indicação do Sr. Sebastião Vainer Bosquilia como representante titular e da Sra. Tatiana Marsola Piovezani como representante suplente. Como trata-se de alterações de entidades que já fazem parte da CT-AS, é passado aos membros como informe, apenas para ciência; **b) Exclusão de entidades:** A Sra. Rebeca explicou que o Regimento Geral das Câmaras Técnicas ([Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21](#)), determina que serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi excluída da CT-AS a entidade: [Prefeitura Municipal de Valinhos \(P.M de Valinhos\)](#). As entidades excluídas só poderão voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da [Deliberação CRH nº 248](#), de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo ([CapacitaSigRH](#)), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a [plataforma](#) da

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CT-AS: CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS
Ata da 98ª Reunião Ordinária da CT-AS – 26/02/2026 - 09h00
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para [o e-mail](#) da Secretaria Executiva; **d) NewsComitesPCJ:** Convidou aos membros para acessar a Newsletter Comitês PCJ, que é um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas Câmaras Técnicas. O acesso pode ser feito pelo [link](#); **e) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** Informou sobre as próximas reuniões no âmbito dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: a 99ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, no dia 06/03/26, às 09h30, presencialmente no Auditório do Parque Rocha Moutonné, em Salto/SP e a 35ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 31/03/26, às 9h00 por videoconferência, com transmissão pelo *YouTube*. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do *site* dos Comitês PCJ; **f) Próxima reunião da CT-AS:** Por fim, informou que a próxima Reunião Ordinária da CT-AS, está prevista para ocorrer no dia 16/04/26, às 9h00, por videoconferência. **11. Outros Assuntos:** A Sra. Marcela, questionou os presentes a respeito de outros assuntos e não havendo manifestações, passou para o encerramento. **12. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Marcela Aragão, coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) dos Comitês PCJ agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Deborah do Valle Nuvens Lunardi
Coordenadora da CT-AS

Marcela Aragão de Carvalho Ramos
Coordenadora-adjunta da CT-AS